

ELETRICIDADE LTDA INTERESSADO(A): FERNANDO FIORI DE GODOY ANTONIO FERNANDES NEVES JULIAZZAR ANTON CARMONA LUIZ WANDERLEY MACIEL ASSUNTO: TERMO DE ADITAMENTO Nº 09/2020, de 11 de agosto de 2020 FINALIDADE: Prorrogação do prazo de vigência por 12 meses, passando a vigorar até 11 de agosto de 2021. Em razão da pactuação entre as partes para aplicação de 50% do índice IGP-M/FG do período de agosto/2019 a julho/2020, que corresponde a 4,635% do valor global do contrato, bem como, considerando a atualização do número total de pontos de iluminação pública que fazem parte do presente contrato, tem-se um acréscimo no número total de pontos de 2,765%, de modo que o valor total do presente contrato passa a ser de R\$ 5.098.259,20 (cinco milhões, noventa e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos). EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-19 PROCESSO PRINCIPAL: 8117.989.19-4 Evento 52 do TC-008117.989.19-4. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data desta publicação. Ao Cartório.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00020626.989.21-4 CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA CGOF - SECRETARIA DA SAÚDE CONVENIADA(A): ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL ADVOGADO: GUILHERME TAVARES MARQUES RODRIGUES (OAB/SP 164.022) / EDUARDO HORITA ALONSO (OAB/SP 349.040) / CHRISTIANE LEITE FONSECA (OAB/SP 355.500) INTERESSADO(A): JOSÉ HENRIQUE GERMANI FERREIRA ANTONIO CARLOS PINO AFRONSO WILSON ROBERTO DE LIMA JEANCARLO GORINCHEVY ASSUNTO: Prestação de contas 2020 do Convênio nº 1139/2020 de 07/04/2020 (Proc. Origem nº SES-PC202016121 NIS 18325). EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-10 PROCESSO PRINCIPAL: 11776.989.20-4 Para atendimento às "Requisições de Documentos DF-10.3 nºs 108/2021 e 138/2021", efetuada pela DF-10 (evento nº 21.3 do TC-020626.989.21), assinso aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Fica consignado que, em caso de notificação, o processo poderá ir à julgamento à revelia, podendo, ainda, ensejar a aplicação da multa prevista no inciso II, do artigo 104 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

Publicuse-se.

PROCESSO: TC-022361.989.19-7 INTERESSADO: INSTITUTO SOCIAL SAÚDE RESGATE À VIDA ADVOGADOS: GILIANO CANDILLERO PICCHI - OAB/SP Nº 166.536 E THAYANNA A. FANTINI OAB/SP Nº 183.762 (EVENTO Nº 63.2) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Evento nº 71.1. Defiro o pedido, nos termos requeridos.

Publicuse-se.

PROCESSO: TC-023019.989.21-2 REPRESENTANTE: PAPA LIX PLASTICOS E DESCARTAVEIS LTDA. ADVOGADO: PAULO FERREIRA BRANDAO (OAB/SP 196.342) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO ADVOGADO: KATIA REGINA DA SILVA (OAB/SP 215.036) / CARLA SAMARRELLA MONTEIRO DE BARROS (OAB/SP 304.314) ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do Edital nº 110/2021 do Pregão Eletrônico nº 095/2021, Processo Administrativo nº 350/2021 da Prefeitura Municipal de Registro, tendo por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados às Secretarias Municipais. Papali Plásticos e Descartáveis Ltda. apresenta petição com o propósito de impugnar o Edital nº 110/2021 do Pregão Eletrônico nº 095/2021, Processo Administrativo nº 350/2021 da Prefeitura Municipal de Registro, tendo por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados às Secretarias Municipais. A Representante, em síntese, volta-se contra a ausência de exigência de "registros, alvarás e licenças expedidas pela ANVISA e Vigilância Sanitária". Pede o recebimento e regular processamento de sua representação, deferindo-se a liminar pleiteada, com julgamento pela procedência, nos termos expostos. Segue em anexo, anexo à petição, o termo de abertura das propostas está marcado para ocorrer às 8h59 do dia 25/11/2021. É sabido que somente se justifica a intervenção imediata desta Corte no curso natural da ação Administrativa, com os nus daí decorrentes, se evidenciada flagrante ilegalidade ou evidente prejuízo à formulação de propostas que possam colocar em risco não só os interesses subjetivos envolvidos como também o interesse público. Sopesando-se os argumentos ofertados na inicial frente ao edital, não vejo, por ora, devido causa de afastar a presunção de veracidade dos atos da Administração. Consta do subitem 14.2.1, "e", de forma expressa, como requisito de habilitação jurídica a requisição de "ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir" (subitem 14.2.1. "e"). Portanto, há reprodução do teor do art. 28, V, da Lei nº 8.666/93, comportando, de forma geral e abstrata, o pleiteado pela Representada. Não obstante, aproveito a publicidade deste despacho para alertar a Prefeitura de que a interpretação a ser dada à matéria na situação fática é a de que deve ser exigida a Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA (AFE) de todas as licitantes, bem como se requerida Licença de Funcionamento das empresas distribuidoras ou atacadoras, dispensando-se expressamente as varejistas e/ou demais empresas que não se encontrem sujeitas a tal demanda pela legislação local. Ainda, registro que, a despeito dessa análise preliminar e em nada sendo prejudicado por conta dela, os aspectos contestados serão objeto de exame pormenorizado sob o rito ordinário, com o devido exercício de contraditório e oitiva de órgãos técnicos, considerando-se a ótica dos acontecimentos em concreto, se assim selecionado o contrato por este E. Tribunal. Nesse contexto, INDEFIRO liminarmente o processamento do pleito formulado por Papali Plásticos e Descartáveis Ltda. sob o rito do Exame Prévio de Edital e determino o arquivamento do expediente. Ao Cartório, para as demais providências, inclusive para que Representante e Representada sejam intimados desta decisão. Dê-se ciência ao d. Ministério Público de Contas.

Publicuse-se.

PROCESSO: TC-023057.989.21-2 REPRESENTANTE: S & T COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ 12.488.131/0001-49) ADVOGADA: FERNANDA MASSAD DE AGUIAR FABRETTI (OAB/SP 261.232) REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÁ (CNPJ 46.523.163/0001-50) ADVOGADAS: ALESSANDRA COSTA GONÇALVES REIMBERG (OAB/SP 124.512) / ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) ASSUNTO: Despacho de apreciação em face de representação formulada contra termos do edital do Pregão Presencial nº 056/2021, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Mairiporá com propósito de registrar preços de material de limpeza e descartáveis. S & T Comércio de Produtos de Limpeza Descartáveis e Informática Ltda., sociedade empresária inscrita no CNPJ sob 12.488.131/0001-49 e por sua advogada constituída, impugnou o edital do Pregão Presencial nº 056/2021, certame promovido pela Prefeitura Municipal da Mairiporá com propósito de registrar preços de material de limpeza e descartáveis. Em suma, reitera tese conhecida na qual sustenta a necessidade de se incluir, dentre os requisitos de habilitação, tanto a AFE – Autorização de Funcionamento Específica expedida pela Anvisa com a Licença de Funcionamento, sob o argumento de que essa documentação seria indispensável à vista da natureza do objeto e da atividade exercida pelas empresas do setor. Ao final, requer a sustação cautelar do procedimento licitatório, com ulterior alteração do instrumento. Inicial em termos, devidamente acompanhada da documentação exigida no nosso Regimento Interno. De acordo com a jurisprudência deste E. Tribunal, os requisitos de habilitação devem ser definidos em função da natureza do objeto e no exercício da jurisdição discricionária do Administrador, respeitando-se o rol taxativo e máximo de documentos, exatamente como previsto nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93. Assim sendo, o caso regeira geral, não cabe ao Amparo Extraordinário determinar a alteração do edital para controlar as condições de

participação na licitação, não sendo de se supor, apenas por hipótese, que o interesse público – nos moldes definidos no edital – viesse a se concretizar em detrimento da atividade regulatória do segmento. Essa é a orientação que tenho adotado no exame de representações da mesma interessada, conforme deliberado no TC-004382.989.21-8 (DOE de 10/2/21) e no TC-009383.989.21-7 (DOE de 17/4/21). Por derradeiro, observo que o edital condiciona a participação de "pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação" (item 3.1), acrescentando que não é função típica do procedimento licitatório fiscalizar o exercício da atividade empresarial em substituição à atuação das demais autoridades públicas constituídas na conformidade do Direito Positivo. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão liminar do processo licitatório e nego o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital, determinando o arquivamento do processo. Ao Cartório, para ciência ao d. Ministério Público de Contas e intimação da representante e da representada.

Publicuse-se.

EXPEDIENTE: 0023111.989.21-6 REPRESENTANTE: Associação de Moradores e Produtores Arraial do Santo Antônio do Bairro Ribeirão. REPRESENTADA: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada contra Aviso de Convocação de Audiência Pública s/n, do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, tendo por objeto a convocação para Audiência Pública sobre o "Projeto de Concessão correspondente à parcela territorial de uso público contida dentro dos limites do Parque Estadual Turístico Alto Ribeira - PETAR". Trata-se de impugnação apresentada pela Associação de Moradores e Produtores Arraial do Santo Antônio do Bairro Ribeirão em face de aviso de Convocação de Audiência Pública, publicado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, tendo por objeto a convocação para Audiência Pública sobre o "Projeto de Concessão correspondente à parcela territorial de uso público contida dentro dos limites do Parque Estadual Turístico Alto Ribeira - PETAR". Aponta, para tanto, que haveria descumprimento de regras determinadas pela deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 a respeito da publicidade da convocação. Entende, nesse sentido, que seria necessária a realização de mais de uma audiência pública, tendo em vista o impacto do Projeto sobre municípios distantes. Além disso, não haveria transparência dos estudos que norteariam a decisão administrativa de conceder a exploração da área à iniciativa privada. Prossegue reclamando do formato estipulado para a realização da audiência pública, tendo em vista que a limitação número de pessoas à sessão presencial não haveria de prevalecer em face da flexibilização das restrições decorrente da Pandemia do COVID-19. Tal condição, ademais, prejudicaria a participação da população carente, sem acesso à infraestrutura remota necessária ao acompanhamento da audiência no ambiente virtual. Questiona o fato de o regulamento da Consulta Pública prever que as contribuições ao Projeto deveriam ser encaminhadas por escrito, via Correios ou pessoalmente, o que inviabilizaria a ampla participação. Por fim, menciona a existência de comunidade Quilombola que haveria de ser previamente consultada sobre a existência do Projeto. Espera, nesses termos, que este E. Tribunal receba a matéria no rito do Exame Prévio de Edital, para o fim de determinar anulação da Audiência Pública prevista para o dia 25/11/2021. A vestibular, contudo, não permite juízo de admissibilidade positivo. Versa a matéria sobre questionamento de providências inerentes à tomada de decisão administrativa, não havendo, até o momento, certame em andamento sob a ótica a ser analisado, presupuesto necessário para os fins previstos no § 2º, do art. 113 da Lei Federal n. 8.666/1993, restando, se assim resolver o representante, a discussão da matéria pela via judicial. Nestes termos, por ser manifestamente inadmissível, NÃO CONHEÇO do pedido e determino o arquivamento do expediente. Ao Cartório, para as demais providências, inclusive para que representante e representada sejam intimados desta decisão. Dê-se ciência ao d. Ministério Público de Contas.

Publicuse-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
PROCESSO: TC-014762.989.21-6
REPRESENTANTE: ESPECIAL TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI
ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO LANZONI (OAB/SP 221.329) / ELIS CRISTINA BAGOLAN (OAB/SP 371.791)
REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACABA
ADVOGADO: MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS (OAB/SP 69.842) / RENATO ALVES DE OLIVEIRA (OAB/SP 277.391)
ASSUNTO: Representação de edital deflagrado pela Prefeitura de Piracaba.
EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: UR-10
Vistos.
Encaminhem-se os autos à Fiscalização para que proceda à completa instrução do feito.
Após retornem ao Gabinete.
Publicuse-se.
Processo: eTC-011589.989.18-5
Representante: José Roberto Martineli Alves (Vereador do Município de Onda Verde)
Representada: Prefeitura Municipal de Onda Verde
Responsável: Fabrício Pires de Carvalho (Prefeito à época e atual)
Procurador: Wanderson Wesley Paulon (OAB/SP 247.906)
Objeto: José Roberto Martineli Alves, vereador da Câmara Municipal de Onda Verde, encaminha Petição relacionada a possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Onda Verde no Processo Licitatório nº 053/2017, Pregão Presencial nº 37/2017.
Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas
Vistos.
A Prefeitura Municipal de Onda Verde, por meio de Petição (Evento 125), apresenta as providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos.
A Municipalidade informa, em especial, que "adotou todas as medidas necessárias ao não cometimento das falhas que cominaram no julgamento pela irregularidade da matéria, buscando aperfeiçoar os processos de compras e licitações, através de cursos e treinamentos aos seus servidores, com o objetivo de melhorar o planejamento na concepção dos certames".
Desta forma, nada mais a ser analisado, verificando a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.

Publicuse-se.

Processo: eTC-014805.989.21-7
Órgão Público: Prefeitura Municipal de Brodowski
Responsável: José Luiz Perez (Prefeito)
Objeto: Descumprimento de prazo durante o exercício - Resolução nº 06/2012 - DOE 18/10/12 - Alterada pela Resolução nº 09/2014
Exercício: 2021
Instrução por: UR-06
Vistos.
Trata-se de processo de Controle de Prazos das Resoluções e Instruções em face do Órgão em epígrafe, que deixou de entregar documentos e/ou informações devidos aos Sistemas ADEUS, SisRIS e CadTCEP, no exercício de 2021, descumprido, assim, os prazos estipulados nas Instruções e Resoluções deste Tribunal de Contas.

Ato contínuo, a Prefeitura Municipal de Brodowski, notificada por Ofício (Evento 10.8), enviado por e-mail em 14/07/2021 (Evento 10.10), por Despacho (Evento 14.1), publicado no DOE de 31/07/2021 (Evento 18.1), por Despacho (Evento 24.1), publicado no DOE de 03/09/2021 (Evento 27.1) e por Ofício / Aviso de Recebimento (Evento 32.1), recebido em 19/10/2021 (Evento 36.1), não apresentou Justificativas relacionadas aos atrasos apontados pela Fiscalização.

Desta forma, NOTIFICO o Prefeito do Município de Brodowski para que, no prazo de 05 (cinco) dias, REGULARIZE a entrega dos documentos e/ou informações pendentes que devem ser encaminhados a este Tribunal de Contas, bem como APRESENTE as Justificativas pertinentes relacionadas aos atrasos apontados pela Fiscalização.

Alerto que o não atendimento da diligência, dentro do prazo consignado, poderá acarretar na imposição da penalidade de multa prevista no artigo 104, incisos III, V e VI, da Lei Complementar nº 709/93.

Transcorrido o prazo, REMETAM-SE os autos à Fiscalização para verificar se as pendências foram regularizadas e prosseguimento da instrução.

Publicuse-se.

Processo: eTC-015846.989.21-8

Requerente: Rodrigo Claudionor Mendes (Vereador de Pariqueira-Açu)

Mencionada: Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu

Responsável: Wagner Bento da Costa (Prefeito)

Procuradora: Simone Silva Melcher (OAB/SP 187.725)

Assunto: Comunica eventuais irregularidades praticadas pelo Executivo Municipal, em detrimento ao disposto no §3º, do art. 63, da Lei Orgânica Municipal, referente à ausência de transparência em seu sítio eletrônico e envio ao Legislativo de cópias dos processos licitatórios e respectivos contratos

Exercício: 2021

Vistos.

O Sr. Rodrigo Claudionor Mendes, Vereador de Pariqueira-Açu, contesta possíveis ilegalidades cometidas pela Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açu, referentes ao envio de documentos de licitações à Câmara Municipal.

Pontua que o Prefeito do Município de Pariqueira-Açu, mesmo após inúmeros requerimentos formais, não disponibiliza ou remete à Câmara Municipal cópia integral dos processos licitatórios e contratos formalizados, impedindo, assim, a devida fiscalização.

Desta forma, NOTIFIQUE-SE o Prefeito do Município de Pariqueira-Açu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, TOME CIÊNCIA do conteúdo do presente Expediente e apresente as JUSTIFICATIVAS que entender pertinentes.

Publicuse-se.

Processo: eTC-016002.989.16-8

Contratante: Prefeitura Municipal de Birigui

Contratada: Theodoro Transportes Ltda.

Responsáveis: Pedro Felício Estrada Bernabé (Prefeito à época)

Leandro Maffei Milani (Prefeito atual)

Procurador: Vinicius Veneziano Demarqui (OAB/SP 267.002)

Objeto: Prestação de serviços de transporte coletivo urbano no Município de Birigui/SP, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ao preço da tarifa de R\$2,00 (dois reais), com transporte gratuito de idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e pessoas portadoras de necessidades especiais

Dependentes: eTC-016028.989.16-8, eTC-016029.989.16-7

Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas

Vistos.

II) A Prefeitura Municipal de Birigui, por meio de Petição (Evento 77), apresenta as providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos, em especial informa que expediu ofício dirigido à Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio para reforçar a orientação de seguir às normas legais e às decisões deste Tribunal de Contas, com o objetivo de evitar a ocorrência de novas irregularidades.

II) O Sr. Pedro Felício Estrada Bernabé, notificado por Ofício / Aviso de Recebimento (Evento 66.1), recebido em 29/07/2021 (Evento 78.1), não comprovou nos autos o recolhimento da multa aplicada.

Desta forma, REMETAM-SE os autos à Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF para atestar se houve o recolhimento da multa.

Em caso positivo, encaminhem-se os autos à Fiscalização para a expedição da providência de quitação em favor do interessado.

Em caso negativo, promova-se a inscrição do débito na Dívida Ativa.

III) Após, verificada a inexistência de novos documentos a serem apreciados, arquivem-se os autos.

Publicuse-se.

PROCESSO:00005771.989.21-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO (CNPJ 42.465.459/0001-73)

CONTRATADO(A): FORTY CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA (CNPJ 04.867.151/0001-00)

INTERESSADO(A): CARLOS ALBERTO MARTINS: LUIZ OSCAR VITAL: JACOB: WALTER JORGE PAULO FILHO: CARLOS ROBERTO PIFFER

ASSUNTO: Acompanhamento de Execução Contratual - CONTRATO nº 198/2020 de 17/12/2020 - Dispensa de Licitação nº 026/2020 - OBJETO: Prestação de serviços de coleta manual e mecânica, transporte e disposição de resíduos sólidos domiciliares, fêrridos, orgânicos, manutenção e higienização de contêineres e desobstrução e limpeza mecânica de galerias e esgotos dos próprios municipais.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-19

PROCESSO PRINCIPAL: 5723.989.21-6

Vistos.

Em razão dos apontamentos registrados pela Fiscalização na análise da Execução Contratual, assinso à Prefeitura Municipal de Amparo, bem como aos demais interessados acima indicados, o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, adotem as providências necessárias e apresentem as justificativas que entenderem cabíveis.

Transcorrido o prazo assinalado, retornem os autos a este Gabinete, com o prévio trânsito pelo Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00006635.989.20-5

ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA (CNPJ 49.592.728/0001-49)

INTERESSADO(A): CESAR AUGUSTO OLIVEIRA BORBONI

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2021

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-19

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 contém princípios que correspondem com tais Objetivos.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO o responsável para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS

PPA em que o Programa foi inserido

Meta física prevista até o exercício de 2021

Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

1) Erradicação da pobreza;

2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;

3) Saúde e bem-estar;

4) Educação de qualidade;

5) Igualdade de gênero;

6) Água potável e saneamento;

7) Energia limpa e acessível;

8) Trabalho decente e crescimento econômico;

9) Indústria, inovação e infraestrutura;

10) Redução das desigualdades;

11) Cidades e comunidades sustentáveis;

12) Consumo e produção responsáveis;

13) Ação contra a mudança global do clima;

14) Vida na água;

15) Vida terrestre;

16) Paz, justiça e instituições eficazes;

17) Parcerias e meios de implementação.

1. Quais os projetos de lei aprovados pela edilidade que tem como interesse os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2. Quais os mecanismos adotados pela edilidade para acompanhar e controlar a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas metas.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00006715.989.20-8

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIAI (CNPJ 46.634.22/0001-38)

INTERESSADO(A): RICARDO RUBENS DE ASSIS

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021

EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-16

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00002113.989.21-4, 00006749.989.21-6

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 contém princípios que correspondem com tais Objetivos.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS

PPA em que o Programa foi inserido

Meta física prevista até o exercício de 2021

Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

1) Erradicação da pobreza;

2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;

3) Saúde e bem-estar;

4) Educação de qualidade;

5) Igualdade de gênero;

6) Água potável e saneamento;

7) Energia limpa e acessível;

8) Trabalho decente e crescimento econômico;

9) Indústria, inovação e infraestrutura;

10) Redução das desigualdades;

11) Cidades e comunidades sustentáveis;

12) Consumo e produção responsáveis;

13) Ação contra a mudança global do clima;

14) Vida na água;

15) Vida terrestre;

16) Paz, justiça e instituições eficazes;

17) Parcerias e meios de implementação.

2. Informar como se dá a participação social na idealização, acompanhamento e controle dos Programas.

3. Caso o município tenha realizado convênio de colaboração, informar: o ente da federação conveniado, como se dá a colaboração, para qual Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi firmado, qual(s) metas pretendidas e em que situação se encontra o cumprimento da meta.

Notifico, ainda, para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2021 (Evento 62.6).

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas no término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00006760.989.20-2

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CESARIO LANGE (CNPJ 46.634.572/0001-23)

INTER

2. Informar como se dá a participação social na idealização, acompanhamento e controle dos Programas.

3. Caso o município tenha realizado convênio de colaboração, informar: o ente da federação conveniado, como se dá a colaboração, para qual Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi firmado, qual(is) metas pretendidas e em que situação se encontra o programa atualmente.

Notício, ainda, para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2021 (evento 60.8).

Demandam especial atenção do responsável a aplicação desfavorável na execução do orçamento e a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00006789.989.20-9

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

(CNPJ 67.662.437/0001-61)

ADVOGADO: CASSIA CRISTINA EVANGELISTA (OAB/SP 175.990) / RODRIGO CESAR BAPTISTA LINHARES (OAB/SP 194.445) / LEONARDO DINIZ DE FREITAS (OAB/SP 265.369) / FABIO LUIZ ALVES MEIRA (OAB/SP 266.191) / CARLOS CARDOSO DA SILVA JUNIOR (OAB/SP 355.970)

INTERESSADO(A): DOMINGOS MENTE LOPES

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021

EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-05

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00002299.989.21-0, 00006847.989.21-7

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 contém princípios que correspondem com tais Objetivos.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS
PPA em que o Programa foi inserido
Meta física prevista até o exercício de 2021
Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10) Redução das desigualdades;
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12) Consumo e produção responsáveis;
- 13) Ação contra a mudança global do clima;
- 14) Vida na água;
- 15) Vida terrestre;
- 16) Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17) Parcerias e meios de implementação.

2. Informar como se dá a participação social na idealização, acompanhamento e controle dos Programas.

3. Caso o município tenha realizado convênio de colaboração, informar: o ente da federação conveniado, como se dá a colaboração, para qual Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi firmado, qual(is) metas pretendidas e em que situação se encontra o programa atualmente.

Notício, ainda, para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2021 (evento 79.22).

Demandam especial atenção do responsável a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00006789.989.20-8

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO (CNPJ 45.660.610/0001-50)

ADVOGADO: MILTON GODOY (OAB/SP 187.984)

INTERESSADO(A): MAURO GILBERTO FANTINI

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021

EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-01

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00001916.989.21-3, 00007402.989.21-4

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 contém princípios que correspondem com tais Objetivos.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS
PPA em que o Programa foi inserido
Meta física prevista até o exercício de 2021
Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS

PPA em que o Programa foi inserido

Meta física prevista até o exercício de 2021

Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10) Redução das desigualdades;
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12) Consumo e produção responsáveis;
- 13) Ação contra a mudança global do clima;
- 14) Vida na água;
- 15) Vida terrestre;
- 16) Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17) Parcerias e meios de implementação.

2. Informar como se dá a participação social na idealização, acompanhamento e controle dos Programas.

3. Caso o município tenha realizado convênio de colaboração, informar: o ente da federação conveniado, como se dá a colaboração, para qual Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi firmado, qual(is) metas pretendidas e em que situação se encontra o programa atualmente.

Notício, ainda, para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2021 (evento 65.13).

Demandam especial atenção do responsável a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00006815.989.20-7

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATE

(CNPJ 45.355.575/0001-65)

ADVOGADO: RAFAEL PIRES MARANGONI (OAB/SP 275.523)

INTERESSADO(A): JOSE LUIZ PARELLA

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021

EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-13

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00001474.989.21-7, 00006999.989.21-3

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS
PPA em que o Programa foi inserido
Meta física prevista até o exercício de 2021
Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10) Redução das desigualdades;
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12) Consumo e produção responsáveis;
- 13) Ação contra a mudança global do clima;
- 14) Vida na água;
- 15) Vida terrestre;
- 16) Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17) Parcerias e meios de implementação.

2. Informar como se dá a participação social na idealização, acompanhamento e controle dos Programas.

3. Caso o município tenha realizado convênio de colaboração, informar: o ente da federação conveniado, como se dá a colaboração, para qual Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi firmado, qual(is) metas pretendidas e em que situação se encontra o programa atualmente.

Notício, ainda, para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2021 (Evento 125.11).

Demandam especial atenção do responsável o déficit verificado na execução do orçamento e a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00006836.989.20-2

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRAPUA PAULISTA (CNPJ 67.360.438/0001-51)

ADVOGADO: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136)

INTERESSADO(A): JULIO CESAR DO AMARAL

EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-16

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00002151.989.21-7, 00006763.989.21-7

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS
PPA em que o Programa foi inserido
Meta física prevista até o exercício de 2021
Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 contém princípios que correspondem com tais Objetivos.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS
PPA em que o Programa foi inserido
Meta física prevista até o exercício de 2021
Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10) Redução das desigualdades;
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12) Consumo e produção responsáveis;
- 13) Ação contra a mudança global do clima;
- 14) Vida na água;
- 15) Vida terrestre;
- 16) Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17) Parcerias e meios de implementação.

2. Informar como se dá a participação social na idealização, acompanhamento e controle dos Programas.

3. Caso o município tenha realizado convênio de colaboração, informar: o ente da federação conveniado, como se dá a colaboração, para qual Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi firmado, qual(is) metas pretendidas e em que situação se encontra o programa atualmente.

Notício, ainda, para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2021 (Evento 67.4).

Demandam especial atenção do responsável a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00006891.989.20-4

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAAN PAULISTA (CNPJ 67.111.954/0001-58)

ADVOGADO: EDISON AUGUSTO RODRIGUES (OAB/SP 170.726)

INTERESSADO(A): THAIS CRISTINA COSTA MOREIRA

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021

EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-11

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00001823.989.21-5, 00000489.989.21-1

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS
PPA em que o Programa foi inserido
Meta física prevista até o exercício de 2021
Meta física atingida até o exercício de 2021

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são os seguintes (fonte Manual de Planejamento Público - TCESP):

- 1) Erradicação da pobreza;
- 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3) Saúde e bem-estar;
- 4) Educação de qualidade;
- 5) Igualdade de gênero;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energia limpa e acessível;
- 8) Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9) Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10) Redução das desigualdades;
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12) Consumo e produção responsáveis;
- 13) Ação contra a mudança global do clima;
- 14) Vida na água;
- 15) Vida terrestre;
- 16) Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17) Parcerias e meios de implementação.

2. Informar como se dá a participação social na idealização, acompanhamento e controle dos Programas.

3. Caso o município tenha realizado convênio de colaboração, informar: o ente da federação conveniado, como se dá a colaboração, para qual Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS foi firmado, qual(is) metas pretendidas e em que situação se encontra o programa atualmente.

Notício, ainda, para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 2º Quadrimestre de 2021 (evento 72.21).

Demandam especial atenção do responsável o déficit verificado na execução do orçamento.

ALERTO à Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do

presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Remeto os autos imediatamente à equipe técnica responsável para prosseguimento da instrução.

Publique-se.

PROCESSO: 00006903.989.20-0

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

(CNPJ 44.882.637/0001-24)

INTERESSADO(A): CLAUDINEI DOS SANTOS

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021

EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-18

PROCESSO(S)DEPENDENTES(S): 00001462.989.21-1, 00006935.989.21-0

Considerando a missão do TCE-SP de fiscalizar e orientar para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Considerando que a Agenda 2030, aprovada no âmbito das Nações Unidas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem os temas que devem ser prioritários para as políticas públicas até 2030.

Considerando que o planejamento estratégico é ferramenta fundamental na consecução desses Objetivos.

Na qualidade de Relator das contas de 2021 do município acima referenciado, NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o responsável, acima mencionados, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentarem o que segue:

1. Os programas adotados pelo município que estão em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Estratégico - ODS, elencando: Programa, ODS relacionado, meta adotada, PPA - Plano Plurianual em que foi inserido (quadriênio e código), situação atual das metas previstas, conforme tabela abaixo:

Programa Municipal
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS (indicar o número)

Meta(s) a ser(em) atingidas dos ODS
PPA em que o Programa foi inserido
Meta física prevista até o exercício de 2021
Meta física atingida até o exercício de 2021